

OS GRUPOS COMO SISTEMAS INTERACCIONAIS

Fernando Nogueira Dias

1 – O NÃO-GRUPO

Antes de abordarmos o tema *Os grupos como sistemas interaccionais*, conviria clarificar o que entendemos por *grupo*. Como metodologia, definamos primeiramente o que não é grupo. Um grupo não é um aglomerado de pessoas que, por qualquer razão, se encontra num determinado lugar. Mesmo que no momento e por alguma razão haja algum tipo de interacção essa não é uma condição suficiente e necessária para que o possamos considerar grupo. Como exemplo, podemos referir não-grupo um conjunto de pessoas que mora num quarteirão de um bairro ou um conjunto de indivíduos que se encontra à porta de um estádio de futebol para adquirir bilhete para um espectáculo.

Um não-grupo pode ser um conjunto de indivíduos que se encontra na paragem dos autocarros e para quem os atrasos dos transportes públicos ou a temperatura do dia é motivo de conversa. Também não se pode considerar grupo o conjunto de clientes que no consultório médico vai comentando as telenovelas, enquanto aguarda a sua vez para ser atendido.

Comentámos a situação de não-grupo relativamente a conjuntos de pequena e média dimensão de indivíduos. Mas o mesmo se pode dizer de agrupamentos de grande dimensão. É o caso, por exemplo, da assistência de um campo de futebol, especialmente quando atinge proporções de multidão.

Do que decorre, podemos então considerar que, agrupamentos, aglomerados, conjuntos e multidões de indivíduos não podem ser considerados grupos. Mas porque não? De facto, as Ciências Sociais e Humanas consideram ser necessária a reunião de um conjunto de aspectos ou variáveis de carácter psicossocial para que se possa aceitar a catalogação de grupo.

Qual, então, a importância de definirmos com algum cuidado os conceitos de grupo e de não-grupo? É que, por exemplo, em terapia de grupo, ou mesmo em sessões, como grupos de encontro, reuniões comunitárias, psicodrama, sociodrama, etc., o conceito de grupo é fundamental para o desempenho do *facilitador* das

interacções. Serve isto para dizer que não é anódino para o *facilitador* ou para o terapeuta defrontar-se com um conjunto de indivíduos que se encontram numa situação de grupo ou de não-grupo.

O que está implícito aqui é que, a forma como o *facilitador* se dirige a uma ou a outra situação não pode ser a mesma. De igual modo, a forma como o grupo ou o não grupo reagem também não é de certo igual.

Mais à frente neste texto, encontraremos algumas variáveis que constituem condição necessária para que possamos considerar um conjunto de indivíduos como grupo.

2 – OS GRUPOS COMO SISTEMAS

Por agora, atemo-nos a considerar o tema que nos propusemos: *Os grupos como sistemas*. Feita então a advertência quanto à definição de grupo, e alcançando agora o conceito de *sistema*, vejamos como podemos articular as duas ideias: grupo e sistema.

O conceito de sistema, como qualquer outro em ciência, não pode passar de uma metáfora da realidade que a ela queremos aplicar. Vimos no texto (Fundamentos epistemológicos da acção humana) que toda e qualquer ciência recorre a metáforas, a conceitos, a quadros e a matrizes, que constituem, por um lado, as *lentes* para olhar a realidade e, por outro, o próprio material que o cientista utiliza para se aproximar do seu objecto de estudo – no fundo, é este o barro moldado pelo cientista, que por sua vez molda o seu objecto de estudo.

Considerar um grupo como sistema é, do ponto de vista epistemológico, um recurso a que o cientista lança mão para melhor compreender os factos da sua observação, no pressuposto de que os conceitos não podem deixar de ser provisórios, contextuais e *imperfeitos*. Mas não só, pressupõe também a humildade de considerar que a ideia de sistema tem tanta validade na aplicação aos grupos, ou a outros factos, como a de estrutura, dialéctica, função, interaccionismo simbólico, etc.

De uma coisa podemos estar certos, é que sem *grelhas* teóricas, que vulgarmente se designam por quadros teóricos, quadros conceptuais, modelos, paradigmas, etc., não é possível dar sentido àquilo que vemos, a menos que queiramos observar e interpretar as coisas com base em ideias do senso comum. Mesmo os

cientistas que se identificam com os quadros fenomenológicos e ou existencialistas não deixam de recorrer a modelos conceptuais, que dão pelo nome de fenomenologia e existencialismo. Também a própria *Abordagem Centrada na Pessoa* tem o seu edifício conceptual, e foi exactamente a visão de Rogers, no seu tempo revolucionária e até incómoda, que ajudou a Psicologia a ver o homem de outra forma.

Neste sentido, ver os grupos como sistema é um jeito de dar sentido tanto aos próprios grupos como àquilo que neles se passa. Poder-se-á argumentar: mas se a *Abordagem Centrada* já tem o seu edifício teórico, por quê complicar mais as coisas?!

Vejamos. Nenhuma teoria, mesmo não querendo perder a sua identidade, pode ter a arrogância de se fechar perante novos conceitos. Para que uma teoria ou modelo se mantenha no tempo e se adeque razoavelmente ao seu objecto de estudo necessita de estar epistemologicamente vigilante às correntes de pensamento, mesmo àquelas que a contradizem. Por outro lado, embora Carl Rogers não se tenha explicitamente referido ao conceito de sistema, se atentarmos para os seus raciocínios, especialmente aquele que se refere ao de *Pessoa*, ver-se-á que a lógica de sistema percorre todo o seu pensamento e forma de actuar.

Mas se atentarmos para a génese do pensamento de Rogers e a localizarmos no tempo e no espaço, fácil é perceber as influências holísticas orientais, a filosofia do seu tempo e, sobretudo, as ideias californianas da chamada escola de Palo Alto sobre a problemática da comunicação.

Vem a este propósito referir que Rogers não deixou de ser influenciado pelo movimento que varreu não só os Estados Unidos como, mais tarde, a própria Europa. Estamos a referir-nos ao surgimento de um movimento que ganhou forma em 1947 e se consolidou até 1953, tendo dado origem à Cibernética, desenvolvida por Wiener, e à teoria dos sistemas proposta por Bertalanffy.

Situamo-nos aqui num mundo de transculturalidade científica, que não mais deixaria de influenciar as ciências do comportamento, como é o caso da antropologia, da sociologia e da psicologia, para não falar da economia e das ciências políticas.

A ideia de sistema surge então como oposição ao pensamento analítico, causalista e linear, que então imperava no mundo científico ocidental. Pretendeu-se, pelo contrário, um pensamento sintético, holístico, e para isso tanto a cibernética como a sistémica vão procurar dar resposta a esta pretensão.

A linha sistémica define como sistema *um conjunto de partes interligadas que concorrem e se organizam para atingirem uma determinada finalidade, sendo o seu comportamento global qualitativamente superior à soma das partes que o integram; por isso, uma alteração num dos seus componentes contribui para uma mudança do estado global do sistema e, por sua vez, uma alteração na globalidade do sistema implica a modificação do estado de cada uma das partes que o constitui.*

Embora esta definição de sistema nos pareça hoje de uma simplicidade extrema, e até de uma quase ingenuidade, é bom lembrar que, numa época em que a linearidade de pensamento dominava os paradigmas científicos no Ocidente, esta estrutura de raciocínios trás às ciências humanas e não humanas, entre outros conceitos, o de retroacção dos efeitos sobre as causas, o de equilíbrio, de relação do meio interno com o meio externo do sistema, etc. (veja-se Fernando Nogueira Dias, *Sistemas de Comunicação, de Cultura e de Conhecimento*, Lisboa, Instituto Piaget).

3 – A DIMENSÃO ESPECIAL DO GRUPO

O que é, então, para nós um grupo enquanto sistema? Em primeiro lugar, isto exige um esforço de abstracção. Esqueçamo-nos, por um momento, que um grupo é constituído por pessoas. Olhemos para a ideia de *todo*. Aquelas pessoas que estão à nossa frente, independentemente da configuração que adoptaram no espaço, formam qualquer coisa que as transcende, fruto das suas interacções: um sistema. Este sistema existe porque há um conjunto de partes diferenciadas que em determinado momento se juntaram e se organizaram para atingir determinada finalidade. Se acontecer algum fenómeno a uma das partes que constitui o sistema, por certo que as outras partes vão ressentir-se disso e, por consequência, todo o sistema irá reagir. Pelo contrário, quando um fenómeno do meio externo sobrevem ao sistema (neste caso o grupo), todas as partes que lhe dão razão de ser sentirão a sua influência.

Mas porque razão reage o sistema ao que provém do seu interior ou do seu exterior? Porque o sistema tem na sua configuração aberturas que lhe permitem deixar entrar e sair a informação necessária à sua existência e sobrevivência. Então e o que lhe poderá acontecer quando a informação que entra ou sai é excessiva ou deficitária? Por falta ou por excesso, o sistema grupal pode entrar nos chamados estados de entropia.

Uma das consequências do estado de entropia no sistema grupal pode ser exactamente a perda da sua identidade enquanto sistema. Então, para que isto não aconteça, o sistema grupal terá de hierarquizar as suas finalidades, organizar os seus recursos internos e externos, controlar os fluxos de informação que entram e saem, controlar a coesão interna para não se desestruturar, gerir a sua identidade e a relação que tem com o meio ambiente, para que possa atingir as suas finalidades, sem perder o equilíbrio.

Para além destes pressupostos teóricos, que fazem parte da teoria dos sistemas, da cibernética e da teoria da informação e da comunicação, existem outras condições inerentes ao conceito de grupo já determinadas pelas teorias do comportamento que, como havíamos dito, serão referidas adiante.

4 - PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA GRUPAL

Para que existam fenómenos grupais é necessário, antes de mais, mencionar que há autores que estabelecem números mínimos e máximos de indivíduos. Não nos interessa aqui discutir os limites da dimensão grupal, mas antes as condições que levam a que num grupo se originem e desenvolvam os fenómenos psicossociais que o caracteriza enquanto tal.

Uma primeira condição é, de facto, a *existência de sujeitos* que possam protagonizar as acções que um grupo requer para o seu funcionamento (alguns autores referem como mínimo oito).

Outra, é a necessidade de que o conjunto de indivíduos tenha um *espaço* onde, de forma mais ou menos sistemática, aqueles possam agir e relacionar-se uns com os outros, independentemente das características do espaço em que se encontram.

O *tempo* é uma variável fundamental para a constituição de um grupo e uma condição indispensável para o seu amadurecimento e funcionamento.

Haver *objectivos* é condição necessária à formação do grupo e à sua coesão interna, sem o que a desagregação e a desidentificação tomam lugar no seio do grupo, levando-o a um estado de entropia.

Para que as finalidades sejam atingidas, é necessária a existência de uma *estrutura de relações* entre os diferentes elementos que constituem o grupo, por forma a saber-se quem é quem no seio do mesmo e que tarefas desempenha cada um.

Importante é também a existência de um conjunto de *funções* diferenciadas, tendo em conta que é da sua articulação e interacção que o grupo consegue atingir os seus objectivos.

Mas sem um conjunto de *normas* que oriente a acção dos indivíduos, o grupo corre o risco de perder-se ou ficar confuso, podendo desta forma sair do caminho que o levaria a atingir os seus fins, entrando em processos anómicos ou antinómicos.

Se a estas condições juntarmos outras, como o *espírito de grupo*, por vezes necessário em momentos difíceis da vida das pessoas e dos grupos, os *símbolos*, que inspiram a acção tanto dos sujeitos como dos próprios grupos, e os *valores*, que fundamentam a vida, tanto dos grupos como de cada elemento que os constitui, fácil é perceber que, afinal, não podemos confundir grupo com não-grupo. Se tivermos ainda em conta a *génesis* do grupo, ou seja, o momento, a forma e o contexto em que se criou, bem como o peso da sua *historicidade*, ver-nos-emos confrontados com uma complexidade de variáveis, que uma relação dual jamais se lhe poderá adequar.

Veja-se, então, o problema de confundir o plano de intervenção num só indivíduo, num casal, numa família, num pequeno grupo, numa organização, ou numa comunidade. Podemos, efectivamente, considerar cada um destes planos como um sistema, mas o nível de complexidade de cada um será, sem dúvida, uma realidade bem diferente.

Não quer isto dizer que o *facilitador* ou o terapeuta perante um grupo tenha de ter em mente toda esta complexidade interactiva na sua actuação. Aliás, o modelo da *Abordagem Centrada na Pessoa* encontrou vias próprias para resolver a influência de todos estes factores, ao construir o seu edifício conceptual sobre correntes de pensamento, como a fenomenologia e o existencialismo, como víramos atrás. O que não é aconselhável é ver o *facilitador* ou o terapeuta a lidar com sistemas complexos como se de um cliente se tratasse no seu consultório. Confundir estes planos é confundir uma galáxia com uma estrela.

5 - FUNÇÕES E DISFUNÇÕES NOS SISTEMAS INTERACCIONAIS

Como vimos, uma das características dos grupos é ter um conjunto de funções que lhes permitam atingir as suas finalidades, de forma coordenada entre os

diferentes elementos que os constituem. A sociologia americana definiu uma teoria das funções, da qual abordaremos algumas noções fundamentais.

São elas *funções*, *disfunções*, *funções manifestas*, *funções latentes* e *efeitos perversos*. Antes de mais, conviria termos uma noção do que se pode entender por função. *Função* é a relação existente entre meios e fins que se pretendem atingir. Assim, se uma sociedade, uma comunidade, uma organização ou um grupo propuser aos indivíduos determinados fins ou objectivos a alcançar, ter-lhes-á de fornecer os meios necessários para que alcancem esses mesmos fins. Por *disfunção* podemos entender a incapacidade que os sujeitos, os grupos, as organizações, etc., revelam em não atingirem as finalidades propostas, dada a desadequação entre os meios que tinham ou puseram em acção e os fins a que se propunham.

Funções manifestas são aquelas que, de forma consciente, os sujeitos expressam e assumem como sendo suas, como fazendo parte das suas opções. Exemplo disto poderá ser o indivíduo que, ao ser-lhe perguntado numa entrevista para admissão na formação em psicoterapia as razões que o levam a fazer tal opção, responde da seguinte forma: *venho para esta formação porque foi isso o que sempre quis fazer*.

Funções latentes são aquelas que, não estando acessíveis, e por isso não manifestas, se podem deduzir como a razão mais plausível das decisões ou dos desejos do sujeito. Pegando no exemplo anterior, poderemos pensar que, provavelmente, o candidato pretende entrar na formação em psicoterapia porque há muito que se quer conhecer a si próprio.

Uma outra noção ligada às precedentes é a de *efeitos perversos*. No âmbito de uma função, pode acontecer esperar-se um determinado efeito, mas, por razões imprevistas, pode acontecer exactamente o inverso daquilo que se esperava. Imagine-se uma mãe muito preocupada com a filha porque esta, de um modo geral, é tímida, reservada e tem poucos amigos.

Aconselhada a mãe a permitir que a filha passasse férias num acampamento onde encontraria outros jovens que a poderiam ajudar na sua desinibição, lá foi ela. Quando a jovem voltou do acampamento, parecia uma pessoa nova: desinibida, sociável e até feliz. Pouco tempo depois a mãe entra em depressão!

O que se esperava da mãe com a autonomia da filha funcionou ao contrário. Quer dizer, a autonomia induziu na mãe um efeito perverso – um efeito não esperado. Provavelmente, a dependência da filha era a razão de ser da mãe!

Mas voltando às funções nos grupos, vejamos como estes podem trazer vantagens ou desvantagens para os elementos que os constituem. Quanto às *vantagens dos grupos*, podemos referir as seguintes: coesão, solidariedade, sentimento de pertença, possibilidade de mais facilmente atingir objectivos em conjunto, desenvolvimento pessoal e social, partilha, sentimentos de protecção e de aceitação.

Relativamente às *desvantagens dos grupos*, elas podem ser: tendência do grupo para a inércia, nivelamento por baixo, paralisação nas decisões, empobrecimento da imaginação e da criatividade, sentimentos de rejeição e de frustração, estigmatização, manipulação do grupo por parte de alguns elementos, possibilidade de não se atingirem os objectivos, menor rendibilidade nas tarefas, desvio dos objectivos a que o grupo se propôs atingir.

Como se vê, os grupos são potencialmente tudo isto que foi mencionado. Por isso, há pessoas para quem as vivências em grupo podem ser um manancial de bem estar, e outras para quem se podem tornar num inferno. Os grupos não são uma panaceia para todos os males, e não me parece que, no caso da psicoterapia grupal, esta seja a modalidade indicada para o desenvolvimento de todos os indivíduos.

Insisto novamente no cuidado a ter na criação de um grupo, quer para efeitos de uma reunião comunitária, quer de um grupo-tarefa ou de uma psicoterapia. Por outro lado, a má condução e *facilitação* de um grupo podem causar muito sofrimento e sentimentos de desagregação nas próprias pessoas.

Realizar, por exemplo, um *workshop*, onde vão estar presentes participantes pela primeira vez, obriga a um cuidado extremo na organização do evento, na preparação do *staff*, na função de *facilitação*, no estabelecimento de um *setting* que não cause ambiguidades e, sobretudo, uma atenção *vigilante* sobre aqueles que, por qualquer motivo, entram em situação de desespero ou sofrimento. Descartarmo-nos, por isso, dos efeitos que a dinâmica de um grupo possa ter sobre os seus participantes é um acto de irresponsabilidade que a nossa ética e deontologia não devem permitir.

6 - PATOLOGIAS INTERACCIONAIS NA PERSPECTIVA SISTÉMICA

Embora mais à frente vejamos com pormenor as patologias interaccionais, à luz da chamada *pragmática da comunicação*, deitemos um olhar sobre alguns aspectos do disfuncionamento grupal, tendo em consideração a noção de grupo como sistema.

Como foi referido, a perspectiva sistémica dos grupos procura vê-los como um todo; é, por consequência, uma visão holística. Para quem se interessa pelos grupos não dá prioridade ao sujeito enquanto ser individual. O que interessa é o movimento da globalidade sistémica.

Nesta visão, o essencial é captar a complexidade da totalidade sistémica e os movimentos que marcam o turbilhão de interacções. Se aceitarmos que o grupo é um sistema complexo, então a sua complexidade só pode residir na multiplicidade dos processos interaccionais, ou seja, nos processos comunicacionais.

Então, o grupo passa a ser perspectivado como um sistema de interacções, o mesmo é dizer de comunicação. Comunicação que circula no seu interior e comunicação que extravasa para o seu meio ambiente externo.

Como temos o pressuposto de que uma alteração numa das partes afecta as outras e, por consequência a globalidade do sistema, logo, uma patologia numa parte do sistema não pode deixar de provocar consequências nos outros e no grupo em geral. Por acaso conhece-se alguma família equilibrada após a entrada de um filho na toxicoddependência? Vale a pena pensar nisto (Veja-se, a este propósito o livro de Fernando Nogueira Dias, *Padrões de Comunicação na Família do Toxicoddependente, uma Análise Sociológica*, Lisboa, Instituto Piaget).

Como deverá, então, ser a intervenção do *facilitador* ou do terapeuta? Somente no próprio indivíduo? Lembremo-nos que o sujeito é apenas parte de um sistema maior! Quando se chega a um estado de desorganização ou de desequilíbrio pessoal é porque já emergiram disfunções no sistema em que ele está integrado, e os processos anómicos não deixam de ser a sua principal característica.

7 - A INTERVENÇÃO CENTRADA NOS SISTEMAS GRUPAIS

Depois de tudo o que foi dito sobre os grupos, não pode deixar de nos marcar a ideia de que um grupo não se comporta como um ser humano individualmente. Assim

sendo, toda e qualquer intervenção grupal, seja ela de investigação, animação, educação ou terapêutica obriga o *facilitador* ou o terapeuta a lançar um olhar abrangente sobre todo o grupo.

Sem nos esquecermos que os grupos são, efectivamente, constituídos por pessoas, a verdade é que, por exemplo, uma intervenção constantemente direccionada para o individual, processada num grupo, pode trazer sentimentos de aliança entre o *facilitador* e determinados sujeitos a quem ele dá preferência.

Assim, o facilitador estará melhor posicionado quanto às suas funções e tarefas quando a sua preocupação se dirige ao todo sistémico, mas simultaneamente às partes que o constituem. De que forma? Numa espécie de movimento de vaivém entre o complexo e o simples, entre o grande e o pequeno, sem perder de vista que a totalidade sistémica é a sua prioridade.

Já vimos que a totalidade sistémica diz respeito ao grupo; as partes podem ser uma pessoa ou uma corrente de opinião que se gerou no seu interior. Neste movimento de um olhar distante e ao mesmo tempo próximo, o facilitador tem o seu campo de acção definido.

Mas apesar de os grupos terem características próprias, quando comparados com os sujeitos individualmente, e apesar de as condições a estabelecer para o seu funcionamento serem específicas, o campo de intervenção e as formas de actuação serem também específicas, os princípios da *Abordagem Centrada*, bem como da *terapia centrada*, não podem deixar de lhes ser aplicados.

Estamos perante princípios *universalizantes* que suportam objectos diferentes e formas de intervenção variadas. Por isso, não tem que haver nenhuma contradição entre a capacidade de olharmos um grupo nos seus aspectos estruturais e funcionais e os princípios da *Abordagem Centrada*. Um médico não trata pior um doente seu amigo, que conhece bem, do que um outro que lhe aparece pela primeira vez, de que nada sabe.

Serve isto para dizer que não é por o *facilitador* ou o terapeuta estar consciente dos mecanismos de funcionamento de um grupo que ele pode ter fraco desempenho. O enriquecimento intelectual de quem trabalha com grupos só pode beneficiar o próprio e aqueles que são objecto da sua acção.

Então, quando falamos em *intervenção centrada nos grupos*, de que estamos a falar? Outra coisa não pode deixar de ser senão uma *intervenção centrada nos*

sistemas, sejam eles duais, familiares, organizacionais, comunitários, etc. Intervenção centrada é isto mesmo: dar prioridade a..., neste caso, não à pessoa em concreto, mas à complexidade e à totalidade sistémica do grupo.